

DESTAQUE (Artigo 6º do R.J.U.E.)

Registo n.º:		Exmo(a). Senhor(a) Presidente da Câmara Municipal de Elvas
Processo n.º:		
Registado em:		

REQUERENTE (Os campos assinalados com * são de preenchimento obrigatório)

Nome/Denominação:*				
Domicílio/Sede:*		N.º:	Lote/Andar:	
Código Postal:	Localidade:*			
NIF/NIPC:*				
Tipo de Documento de Identificação:			N.º:	
Válido até:	Certidão Comercial Permanente (Código):			
Contacto Telefónico:		Fax :		
E-mail:				
Na qualidade de:	Arrendatário	Comodatário	Proprietário	Superficiário
	Usufrutuário	Outra:		

REPRESENTANTE

Nome:				
Domicílio:		N.º:	Lote/Andar:	
Código Postal:	Localidade:			
NIF:				
Tipo de Documento de Identificação:				
N.º:		Válido até:		
Código de Consulta da Procuração Online:				
Contacto Telefónico:		Fax :		
E-mail:				
Na qualidade de:	<input type="checkbox"/> Representante Legal	<input type="checkbox"/> Gestor de Negócios		
	<input type="checkbox"/> Mandatário	<input type="checkbox"/> Outra:		

NOTIFICAÇÕES (assinalar com um X a(s) opção/opções pretendida(s))

Para além da via postal, consinto que as notificações/ comunicações sejam feitas via:	Caixa Postal Eletrónica <input type="checkbox"/>
	Telefone <input type="checkbox"/>
As notificações/ comunicações feitas por via postal deverão ser enviadas preferencialmente para a seguinte morada:	Requerente <input type="checkbox"/>
	Outra morada <input type="checkbox"/> (por favor, indique):
Morada:	N.º: Lote/Andar:
Código Postal:	Localidade:

DOCUMENTOS A APRESENTAR

a) Documento de identificação do requerente;
b) Documentos comprovativos da legitimidade do requerente;
c) Comprovativo da qualidade de representante;
d) Caderneta Predial.

IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO (colocar número do processo)

N.º:*	
-------	--

PEDIDO (assinalar com um X a alínea correspondente)

<input type="checkbox"/> Perímetro Urbano	<input type="checkbox"/> Fora do Perímetro Urbano	<input type="checkbox"/> Dentro e Fora do Perímetro Urbano
---	---	--

📍 Rua Isabel Maria Picão, 7350-476 Elvas

✉ geral@cm-elvas.pt

☎ (+351) 268 639 740

NIPC : 501 272 968



Âmbito: Receção dos pedidos dos munícipes, no âmbito das competências do Município de Elvas; Consequente tramitação para os serviços municipais, quando aplicável e resposta final ao pedido dos munícipes.

OUTROS DADOS DO PEDIDO (preencher de acordo com os dados do pedido)

Antecedentes

Descrição	N.º	Ano
Licença/Alvará de Licença		
Comunicação Prévia (n.º de processo)		
Informação Prévia (n.º de processo)		
Licença/Alvará de Utilização		
Outro (indique):		

IDENTIFICAÇÃO DO LOCAL (assinalar com "X" consoante o caso e identificar local)

Prédio Rústico	Freguesia:	Matriz:	Secção:
Prédio Urbano	Freguesia:	Matriz:	Secção:
Prédio Misto	Freguesia:	Matriz:	Secção:
Lote Urbano	Localização:	Freguesia:	

FICANDO AS PARCELAS COM AS SEGUINTES CONFRONTAÇÕES... (assinalar com "X" consoante o(s) caso(s))

Localização	Parcelas	Áreas em m2	Confrontação a Norte:	Confrontação a Sul:	Confrontação a Nascente:	Confrontação a Poente:
(*) Dentro do Espaço Urbano	Destacada					
	Sobrante					
Fora do Espaço Urbano	Destacada					
	Sobrante					
Dentro e Fora do Espaço Urbano	Destacada					
	Sobrante					

(*) Frente, da parcela destacada, confinante com o arruamento público principal = _____ metros lineares.

INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS E DIREITOS DOS TITULARES

Responsável pelo tratamento: O Município de Elvas sito na Rua Isabel Maria Picão 3, 7350-146 Elvas, contactável através do website: <http://www.cm-elvas.pt/> ou email: geral@cm-elvas.pt ou telefone: 800 207 969 ou presencialmente no horário de atendimento do nosso balcão único de atendimento.

Encarregado da proteção de dados: Encarregado de Proteção de Dados do Município de Elvas sito na Rua Isabel Maria Picão 3, 7350-146 Elvas, contactável através do email: rgpd.dpo@cm-elvas.pt.

Finalidades do tratamento: A tramitação nos serviços municipais, por exigência legal, de procedimentos administrativos seja oficiosamente ou a requerimento dos titulares dos dados e o cumprimento pelo Município das suas atribuições ou obrigações legais e das suas funções de interesse público ou autoridade pública enquanto órgão da Administração Pública e ainda o exercício pelo titular dos dados ou pelo responsável pelo tratamento de direitos e ou obrigações previstas na legislação.

Licitude do tratamento: O tratamento necessário para cumprimento pelo Município de obrigações legais, para o exercício de funções de interesse público e exercício de autoridade pública em que está investido o Município enquanto responsável pelo tratamento e órgão da Administração Pública.

Destinatários dos dados pessoais: são os serviços municipais do responsável pelo tratamento.

Transmissão dos dados pessoais: ocorrerá quando prevista em disposição legal e ou para cumprimento de direitos ou obrigações legalmente previstas e ou se absolutamente necessária à prossecução do interesse público ou exercício de autoridade pública.

Prazo de conservação dos dados pessoais: será o prazo necessário para a tramitação do procedimento, acrescido do prazo legal de arquivo dos documentos onde os dados estão registados conforme estabelecido no Regulamento Arquivístico para as Autarquias locais;

Direitos dos titulares dos dados: Serão o direito de confirmação de que os dados pessoais são objeto de tratamento; o direito de acesso aos dados pessoais; o direito de retificação; direito à limitação do tratamento e o direito de apresentar reclamação à autoridade de controlo (Comissão Nacional de Proteção de Dados).

Direitos que não podem ser exercidos e sua justificação: Não podendo exercer o direito ao apagamento dos dados ("direito a ser esquecido"), o direito de portabilidade dos dados e o direito de oposição, porque o tratamento se revela necessário ao cumprimento de uma obrigação legal que exige o tratamento e que vincula o responsável pelo tratamento, ao exercício de funções de interesse público e ao exercício da autoridade pública em que está investido o responsável pelo tratamento.

Outras informações: A comunicação dos dados pessoais neste procedimento é necessária para cumprir uma obrigação legal ou contratual. Caso não forneça os dados o seu pedido ou pretensão não poderá ser tratado pelo Município. Não existem decisões automatizadas, nem a definição de perfis. Para além do cumprimento da obrigação legal de tratamento para arquivo, não haverá tratamento posterior dos dados pessoais para finalidades distintas das que presidiram à recolha.

OUTRAS DECLARAÇÕES

- O subscritor, sob compromisso de honra e consciente de incorrer em eventual responsabilidade penal caso preste falsas declarações, declara que os dados constantes do presente requerimento correspondem à verdade.
- O titular dos dados, declara que tomou conhecimento dos direitos e informações sobre a recolha e tratamento dos seus dados pessoais e autoriza de forma clara e expressa a Câmara Municipal de Elvas a efetuar o tratamento dos dados.

Rua Isabel Maria Picão, 7350-476 Elvas

✉ geral@cm-elvas.pt

☎ (+351) 268 639 740

NIPC : 501 272 968



Âmbito: Receção dos pedidos dos munícipes, no âmbito das competências do Município de Elvas; Consequente tramitação para os serviços municipais, quando aplicável e resposta final ao pedido dos munícipes.

Pede deferimento,

_____, ____/____/____

O (A) Requerente / O (A) Representante

Assinatura do(a) requerente

Conferi a identificação do(a) Requerente/ Representante através dos documentos de identificação exibidos.

Validei a conformidade da assinatura de acordo com o documento exibido.

O (A) Funcionário(a)

Responsável pela Direção do Procedimento:

Contacto Telefónico:

E-mail:

Gestor do Procedimento:

Contacto Telefónico:

E-mail:

ELEMENTOS INSTRUTÓRIOS

Pedido de Destaque

- Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade da realização da operação.
- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos.
- Planta de localização à escala 1:25.000 a solicitar nos serviços da autarquia.
- Peças desenhadas do prédio com a operação de destaque, à escala 1:5000, de preferência.
- No caso de o destaque incidir sobre terreno com construção erigida, deverá ser identificado o respectivo processo de licenciamento, quando exigível à data da sua construção, caso exista, ou prove ser anterior a 7 de Agosto de 1951.